

eminência: richelieu
e a ascensão de França
jean-vincent blanchard

Tradução de Ana Nereu Reis



ÍNDICE

Introdução	11
PARTE UM. A ASCENSÃO	17
1 ♦ Rumo a Um <i>Coup d'État</i> (1617)	19
2 ♦ Guerras entre Uma Mãe e Um Filho (1617-1620)	43
3 ♦ O Favorecimento de Júpiter (1621-1624)	64
PARTE DOIS. OS TESTES	83
4 ♦ Anjo ou Demónio? (1624-1626)	85
5 ♦ Maravilha à Beira-Mar (1627-1628)	105
6 ♦ Grande Tempestade (1629-1630)	125
PARTE TRÊS. A PAIXÃO	147
7 ♦ Dragão Inquieto (1631-1634)	149
8 ♦ Guerra (1635-1637)	175
9 ♦ Pontos de Viragem (1638-1640)	198
10 ♦ A Cena Final (1641-1642)	217
Conclusão	243
Agradecimentos	250
Cronologia	251
Personagens Principais	256
Notas Finais	260
Bibliografia	289
Imagens	317
Índice Remissivo	325

Il m'a fait trop de bien pour en dire du mal
Il m'a fait trop de mal pour en dire du bien

PIERRE CORNEILLE

INTRODUÇÃO



Olhe bem para o retrato dele. Veja a autoridade altiva do estadista, o olhar que nos fita com uma inteligência lúcida e, talvez, com um toque de ironia, como se lhe tivessem acabado de fazer uma pergunta que ignora a magnitude das suas responsabilidades, a imensa tarefa de fazer da França um país poderoso e de prestígio. Observe a fita azul e a cruz da Ordem do Espírito Santo, o gesto elegante da mão, a teatralidade estudada da decoração.

Estes não são apenas efeitos originados pelo pincel lisonjeiro do pintor Philippe de Champaigne. Armand-Jean du Plessis — nome completo do cardeal Richelieu — foi um líder do governo da França, um chefe da diplomacia e um comandante de guerra. Nascido em 1585, tornou-se cardeal da Igreja Católica em 1622 e, em seguida, duque de Richelieu em 1631, em reconhecimento do seu notável serviço como ministro principal do rei Luís XIII, o pai do rei Sol, Luís XIV. Entre as muitas façanhas que proporcionaram a Richelieu a elevação e a fama conta-se o cerco de La Rochelle, em 1628, onde subjugou os protestantes franceses que ameaçavam a unidade política do reino. A sua carreira ao serviço do rei francês continuou durante muitos anos, durante os quais ele desvendou as intrigas da alta nobreza e lutou contra as ambições hegemónicas dos espanhóis e dos Habsburgos austríacos. Ao longo de gerações, os franceses aprenderam que o cardeal fortaleceu a monarquia, moldou o carácter da sua nação e foi um ator crucial num conflito caótico, a Guerra dos Trinta Anos, da qual emergiu a Europa moderna.

«Poucos estadistas podem reivindicar um impacto maior na história. Richelieu foi o pai do sistema estatal moderno», afirma Henry Kissinger na sua obra *Diplomacy*.¹ O cardeal era um pragmático que pensava que as decisões políticas racionais e o «direito natural» eram conciliáveis com os desígnios de Deus. Isto contrastava fortemente com o pensamento da maioria dos outros governantes europeus, incluindo os Habsburgos, para quem a

ortodoxia e o dogma religiosos eram os fundamentos da política. Richelieu escreveu: «A luz natural do pensamento torna óbvio para qualquer um que o homem, tendo sido criado razoável, é obrigado a agir usando esse poder. Caso contrário, ele agiria contra a sua própria natureza e, por conseguinte, contra o seu Criador.»² Apesar de ter derrotado os protestantes franceses — ou, como eram muitas vezes chamados, os huguenotes — em La Rochelle, o cardeal contentou-se apenas em obter a sua lealdade para com Luís XIII, e não procurou erradicar a sua religião. Procurou alianças com os príncipes protestantes alemães e com o rei da Suécia, Gustavo Adolfo, para contrariar as ambições dos imperadores do Sacro Império Romano-Germânico, Fernando II e Fernando III, durante a Guerra dos Trinta Anos. Assim, argumenta-se que Richelieu criou um equilíbrio de poder na Europa e contribuiu para a ascensão do nacionalismo. Richelieu foi para o estadismo o que Maquiavel foi para a teoria política, Galileu para a ciência ou Descartes para a filosofia, com a ressalva de que o seu objetivo maior continuava a ser o triunfo do catolicismo. «O reino de Deus», escreveu, «é o princípio do governo e, de facto, é uma necessidade tal que, sem este fundamento, nenhum príncipe pode reinar bem e nenhum Estado pode ser feliz».³

Tal era a sua audaciosa crença como estadista. Depois, havia o estilo de Richelieu. Um contemporâneo observou: «Com toda a justiça, este homem tinha grandes qualidades. Portava-se com grande elegância e à maneira de um grande senhor, falava de forma agradável e com uma facilidade espantosa, a sua mente estava concentrada e funcionava com uma facilidade subtil, os seus modos em geral eram nobres, a sua capacidade de tratar dos negócios inconcebivelmente hábil e, por último, punha uma graça no que fazia e dizia que arrebatava toda a gente.»⁴ O cardeal personificava a política com aquilo que os seus compatriotas chamam *le grand goût* (o grande gosto). Richelieu era um orador brilhante e os seus talentos persuasivos foram uma ajuda preciosa para a sua governação. Viveu em palácios soberbos, patrocinou o teatro e fundou a Académie Française, com a missão de aperfeiçoar a língua francesa. É por isso que, tal como Colbert, Napoleão e, depois dele, o general de Gaulle, Richelieu é considerado como tendo influenciado não só a história do seu país, mas também a sua civilização.⁵

Não obstante, qualquer leitor familiarizado com o épico *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas, pode interrogar-se sobre o outro lado do homem: o inquietante Richelieu, para quem os fins justificavam os meios. De facto, para os seus detratores, a *realpolitik* do cardeal parecia ser uma traição aos ideais mais elevados de justiça, tradição francesa e

moralidade. Criticavam a sua rede de espiões e polícia secreta, viam os seus julgamentos como farsas políticas e lamentavam o facto de os seus administradores nas províncias do reino aplicarem a sua vontade férrea sem se preocuparem com as tradições locais. Os castigos que Richelieu aplicava contra aqueles que considerava ameaças ao poder do rei eram muitas vezes violentos, e muitos eram da opinião que esse rigor representava mais brutalidade do que justiça e exemplaridade. Outros críticos argumentaram que o cardeal se aproveitou da natureza débil de Luís XIII e aniquilava qualquer dissidência numa busca incessante pelo poder pessoal. O homem não mostrava misericórdia para com os inimigos do Estado, e os inimigos do Estado eram os seus próprios inimigos. Richelieu parecia muito nervoso, duro e vingativo. Um diplomata descreveu os seus ataques de ira como «caninos». O cardeal de Retz, outro padre-político do seu tempo, afirmou sem rodeios: «Ele atingia os seres humanos como um relâmpago, em vez de os governar.»⁶ O escândalo, é claro, era ainda pior quando estes críticos pensavam que ele usava a sua autoridade moral para encobrir crimes políticos e pessoais. Guy Patin, um dos contemporâneos de Richelieu, chamou-lhe o «tirano vermelho»: a cor escarlata do manto do cardeal, em vez de indicar que ele estava pronto para derramar o seu sangue por amor à humanidade, passou a representar o sangue das suas vítimas.

COMO É QUE O CARDEAL RICHELIEU GOVERNAVA COM UM princípio de racionalidade humana, uma «razão de Estado», sem deixar de pensar que estava a fazer a obra de Deus? Será que o carácter influenciava as suas decisões e seriam as suas ambições pessoais verdadeiramente ilimitadas? O historiador que deseja responder a estas questões enfrenta muitos desafios. Pelo facto de Richelieu ter prometido desde o início, a Luís XIII, que iria «utilizar todos os recursos necessários, e a autoridade que ele quisesse dar-lhe, para arruinar o partido dos huguenotes, rebaixar a alta nobreza, levar todos os súbditos a conhecer o seu dever e elevar o seu nome em todas as nações estrangeiras até onde deveria estar», os historiadores franceses do século XIX e início do século XX muitas vezes reconheceram prontamente um senso de propósito ao longo da carreira do cardeal.⁷ Para ser um herói republicano e nacionalista, Richelieu precisava de ser um génio vidente e político: «Richelieu foi um dos maiores políticos dos tempos modernos, e um dos que mais fizeram pela grandeza e unidade da França», afirma o *Dictionnaire Universel*.⁸ Todavia, é crucial ter cuidado com a visão

retrospectiva quando se escreve uma biografia, especialmente no caso de um homem que teve sempre muito cuidado com a forma como a sua própria vida e legado seriam vistos pela posteridade.

Richelieu morreu em 1642. Considere-se, então, que foram necessários seis anos de hábil diplomacia para que o seu sucessor, Giulio Mazarini, ratificasse os Tratados de Vestefália que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos (1648), e onze anos de ação militar para assinar o Tratado dos Pirenéus, que pôs um fim satisfatório à guerra entre a França e a Espanha (1659). Considere-se, por último, mas não menos importante, que a França foi assolada de 1648 a 1652 por uma guerra civil conhecida como a Fronda. Como é que consideramos que a ação política de Richelieu foi tão decisiva e lançou bases tão firmes para o poder francês? Mesmo os contemporâneos do cardeal que não o odiavam com paixão podiam ter uma visão surpreendente, se não mesmo obscura, dos resultados reais da sua carreira ministerial. Certamente, eram menos suscetíveis de retrospectiva do que nós. O memorialista Claude de Bourdeille de Montrésor atribuiu diretamente à pura sorte os poucos sucessos que estava disposto a reconhecer nos esforços de Richelieu: «Os empreendimentos do cardeal Richelieu deveram-se muito mais à sorte do que o Estado ao seu conselho e prudência.»⁹ Podemos maravilhar-nos com a quantidade de vezes que o destino ajudou Richelieu, quando, por exemplo, Gustavo Adolfo perdeu a vida na Batalha de Lützen, precisamente quando o rei sueco estava a revelar-se um aliado pouco fiável e até uma ameaça ao grande projeto do cardeal para um equilíbrio de poder europeu. No mínimo, contar a vida de Richelieu é descobrir o que é realmente o génio político. Pode muito bem ser, como esperado, um sentido superlativo de prudência, a par de uma capacidade de manipular as emoções, nomeadamente através de uma gestão hábil das aparências. Ou poderia ser algo completamente diferente, uma força cuja natureza torna difícil captar a essência da ação e do legado de Richelieu?

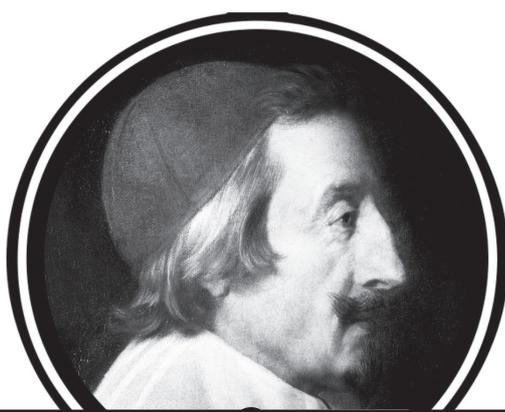
De qualquer forma, o problema justifica uma reflexão sobre a vida de Richelieu, o homem. No que diz respeito ao carácter, o historiador aventura-se em território ainda mais assustador. O cardeal nasceu há mais de quatrocentos anos e, como acaba de ser referido, elaborou cuidadosamente a sua imagem pública. Todavia, os historiadores prestam atenção à vida do cardeal enquanto indivíduo privado. Isto porque os franceses do século XVII não dissociavam a política do pessoal e, para compreender o que diziam sobre o cardeal, é preciso considerar esta vida emocional e ética do estadista. No centro da ação de Richelieu esteve a sua complexa e muitas

vezes tensa relação com o sombrio e enigmático rei Luís XIII. «O meio metro quadrado do gabinete privado do rei deu-lhe mais preocupações do que toda a Europa», escreveu um historiador contemporâneo.¹⁰ As pessoas que ocupam um lugar de destaque na vida de Richelieu são a colérica e teimosa rainha-mãe, Maria de Médicis; a sedutora e por vezes desleal consorte, a rainha Ana de Áustria; o despreocupado e letal irmão do rei, Gastão d'Orleães. Estes membros da realeza francesa passaram a vida a trair-se mutuamente, com consequências tanto na política interna como na política internacional. A existência de Richelieu foi, ao que parece, uma luta constante pela sobrevivência. Não admira que tenha fascinado escritores do período romântico francês, como Alexandre Dumas e Victor Hugo.

O que torna possível um retrato completo e fiel de Richelieu é a riqueza das fontes primárias que sobreviveram. A sua correspondência está disponível, em parte em edições impressas, em parte ainda sob a forma de manuscritos.¹¹ Para produzir uma história geral do reinado de Luís XIII e da sua carreira, e com o objetivo geral de constituir um arquivo, o cardeal pediu aos seus funcionários que arquivassem todo o tipo de materiais, incluindo processos de interrogatório e julgamento, relatórios de espões e agentes, e até mesmo simples memorandos onde resumia uma situação particular para referência futura; ainda temos esta história de Luís XIII — uma longa tradição refere-se a ela como as *Mémoires* do cardeal — e muitos desses documentos de apoio.¹² Os registos dos agentes do cardeal e dos secretários de Estado são igualmente extensos. De grande interesse são os despachos enviados pelos emissários diplomáticos na corte de França aos seus próprios governos. Utilizei largamente estas fontes diplomáticas porque, embora não totalmente isentas de preconceitos, oferecem uma visão alternativa às fontes oficiais francesas e à narrativa muitas vezes egoísta de Richelieu sobre o seu ministério. Ver a corte de Luís XIII através da prosa italiana dos embaixadores venezianos, ou dos núncios papais, é fascinante. As correspondências da época também nos dão uma boa noção do estado de espírito francês em geral, especialmente na capital, Paris. Depois, há as memórias escritas por contemporâneos, histórias que são por vezes demasiado extravagantes ou com demasiado envolvimento pessoal para serem inteiramente fiáveis, mas que podem fornecer pormenores ricos. É dada preferência aos depoimentos de testemunhas oculares e aos menos suspeitos de parcialidade política. Um dos primeiros jornais impressos, a *Gazette de France*, bem como muitos panfletos e crónicas, fornece descrições de acontecimentos importantes. Por último, mas não menos importante, os

trabalhos de outros historiadores, nomeadamente os primeiros estudiosos de Richelieu que entrevistaram os seus contemporâneos ou acederam a documentos entretanto desaparecidos, constituíram fontes de informação preciosas.

Alguns leitores, no final, podem achar a imagem de Richelieu que proponho bem diferente daqueles retratos solenes de Philippe de Champaigne, onde o cardeal encarna calmamente a razão, a prudência e a grandiosidade francesa. Mas olhe de novo e repare como, nesses retratos, Richelieu tem um olhar que denota uma inteligência e uma ironia penetrantes. Ou será melancolia? Eu defendo que este olhar é o de um homem que tinha a missão de fazer da França um país poderoso e de prestígio; para isso, ele teve de contemplar a verdade essencial, muitas vezes chocantemente violenta, da política. Este olhar reflete o modo como uma certa aura de *francité* se manifestava também a nível pessoal e humano. A vida de Richelieu foi uma paixão pela política em muitos sentidos diferentes.



A Ascensão

CAPÍTULO UM

*Rumo a Um Coup d'État*¹³ (1617)



Com a sua localização central perto do Palais du Louvre¹⁴ e passeios largos que conduzem à Île de la Cité, a Pont-Neuf, ou «Ponte Nova», tinha sido um ponto de encontro popular desde que o rei Henrique IV a concluía e abria ao público em 1607. Até então, havia realmente pouco espaço dentro dos fossos e muralhas que rodeavam Paris. A capital da França ainda parecia uma cidade densa da Idade Média, um labirinto de ruas estreitas e sinuosas, algumas das quais com menos de dois metros de largura, onde cerca de 250.000 habitantes viviam numa formidável concentração de humanidade. Os habitantes de Paris deslocavam-se avidamente até à nova ponte para apanhar uma lufada de ar fresco ou para se inteirarem das últimas novidades.

Na manhã do dia 25 de abril de 1617, a multidão na ponte era maior e mais ruidosa do que o habitual. Os parisienses tinham vindo de todos os cantos da cidade para ouvir falar de um *coup d'état*: um dia antes, o rei Luís XIII, de dezasseis anos, tinha posto termo à regência da sua mãe, Maria de Médicis, e mandado matar o seu favorito, o italiano Concino Concini, à porta do Louvre. Para a maioria dos parisienses, as notícias não podiam ser melhores, pois consideravam Concini responsável pela agitação política que se abatera sobre o reino desde a morte do pai de Luís, em 1610. Além disso, o *coup d'état* revelou aos parisienses que eles agora tinham um verdadeiro soberano. Luís XIII era um jovem desajeitado e, até então, tinha sido considerado como estando completamente sujeito à autoridade da sua mãe. Certamente, o golpe de Estado de Luís não pôs termo às convulsões da regência de Maria. A aristocracia ameaçava a monarquia com exigências de mais poder. Os protestantes franceses davam sinais de rebelião. Mais do que nunca, as casas espanhola e austríaca dos Habsburgos alimentavam ambições

de governar mais territórios da Europa, o que os franceses encaravam como uma ameaça mortal. Ainda assim, naquele ensolarado dia 25 de abril de 1617, as notícias indicavam à multidão na Pont-Neuf que os dias sombrios da França tinham acabado.

Mas a morte de Concini não deixou todos os parisienses satisfeitos. Por volta das dez horas, ouviu-se um clamor vindo de Saint Germain-l'Auxerrois, uma igreja perto do Louvre, onde os poucos amigos que restavam a Concini tinham enterrado o seu corpo à pressa, a meio da noite. Centenas de homens, mulheres e crianças irromperam das ruas estreitas que cercavam o palácio e correram em direção à Pont-Neuf. Quem estava na ponte apercebeu-se de que estavam a arrastar o cadáver nu de Concini, puxado por uma corda. Quando a multidão que levava o corpo de Concini chegou à ponte, penduraram-no pelos pés. Houve alguém que lhe cortou o nariz, as orelhas e lhe arrancou os olhos. Um homem arrancou-lhe os órgãos genitais.¹⁵ Outro conseguiu arrancar o coração do cadáver e lambeu os dedos com um prazer louco. Em breve o coração foi cozido sobre carvão, oferecido em pedaços e comido em comunhão de vingança. A plebe deteve as poucas carruagens que se aventuravam a entrar na ponte e pediu aos passageiros que expressassem a sua lealdade ao rei Luís XIII. Aqueles que não gritavam «*Vive le roi!*»¹⁶ com entusiasmo suficiente eram retirados das suas carruagens e espancados com paus.

Uma dessas carruagens transportava um homem magro de trinta e poucos anos, cabelos escuros, nariz aquilino e olhar inteligente. Este homem apanhado na Pont-Neuf era Richelieu.¹⁷ Na época do golpe de Estado, era um bispo que tinha ascendido a ministro da regência de Maria de Médicis, dependente do homem cujo cadáver nu e mutilado estava exposto aos insultos e à fúria de Paris. Como Richelieu contou numa página vívida das suas memórias, o perigo da sua situação na Pont-Neuf tornou-se imediatamente aparente. A turba uivante poderia tê-lo linchado ao lado do cadáver mutilado de Concini: «Senti o grande perigo em que eu tinha caído, pois, se alguém tivesse gritado que eu era partidário de [Concini], a fúria deles podia tê-los levado contra aqueles que, tendo gostado dele, tinham aceitado as suas ações, como se as tivessem aprovado.»¹⁸ O cocheiro tentou abrir uma passagem gritando aos que bloqueavam o seu caminho. Estes esforços atraíram a atenção de alguns homens da multidão, que se voltaram para a carruagem. Instintivamente, Richelieu inclinou-se pela janela da sua carruagem e pediu aos seus homens que gritassem: «*Vive le roi! Vive le roi!*»

A multidão apartou-se para deixar a carruagem seguir. A plebe prosseguiu o seu festival de vingança, desfilando o cadáver de Concini por toda

a cidade de Paris. Até ao pôr do Sol, a cidade ressoou com gritos e insultos, desde a Bastilha, a leste, até ao Faubourg Saint-Germain, a oeste. O que restou do corpo no final da digressão foi trazido de volta para a Pont-Neuf e queimado, tendo as cinzas e os ossos sido lançados ao Sena.

ARMAND-JEAN DU PLESSIS NASCEU EM PARIS, A 9 DE SETEMBRO de 1585. O seu pai, François, era um bom fidalgo de Richelieu, uma aldeia da região centro-atlântica do Poitou, no oeste da França. Pelo facto de ser funcionário da corte real, François também mantinha uma residência em Paris para alojar a sua família, a qual foi o local de nascimento de Armand-Jean, o seu terceiro filho.¹⁹ A mãe de Armand-Jean, Suzanne de La Porte, com quem Du Plessis se casou em 1569, não era de linhagem nobre. Era filha de um proeminente advogado do Parlamento de Paris, o principal órgão soberano do reino na Île de la Cité, e podia dar à casa de Richelieu aquilo que muitos aristocratas consideravam como razão suficiente para trair as regras da sua ordem social: um dote generoso. O clã Richelieu não era rico. Tal como acontecia com a maior parte da nobreza francesa, o seu orgulho em serem os guerreiros do seu rei foi, durante muito tempo, uma grande parte de tudo aquilo que possuíam.

A França em que Armand-Jean du Plessis nasceu era um país triste. Durante as últimas quatro décadas do século XVI, as Guerras Religiosas opuseram os católicos franceses aos calvinistas franceses, que eram cerca de um milhão num país de dezasseis milhões de súbditos. Foram tempos de campanhas militares destruidoras, de massacres de multidões e de crimes abomináveis, tempos em que o fanatismo dissolveu todos os laços sociais e deixou o país devastado. Os reis reinantes da dinastia de Valois não conseguiram pacificar os seus súbditos. Neste caos, destaca-se uma figura, a rainha Catarina de Médicis, de origem italiana, viúva de Henrique II, que viu três dos seus filhos tornarem-se monarcas franceses: Francisco II, Carlos IX e Henrique III. Catarina detinha parte do poder que o seu filho, o rei, tinha a qualquer momento, e oscilava entre a tolerância e o maquiavelismo. Os historiadores responsabilizam-na pelo mais infame banho de sangue das guerras, o Saint-Barthélemy, quando, a 24 de agosto de 1572, multidões de parisienses assassinaram milhares de protestantes que celebravam o casamento de Henrique de Navarra — o futuro Henrique IV — com a sua primeira mulher, Margarida, a própria filha de Catarina. Quando Catarina de Médicis morreu, as guerras religiosas ainda estavam em curso.

O nome Richelieu ganhou estatura quando François du Plessis mostrou distinção na guerra e na arte da negociação e se tornou uma figura na administração de Henrique III. Foi Prévost de l'Hôtel du Roi e Grand Prévost de França. Os reis franceses do século XVI viveram uma existência nómada, viajando de uma casa real para outra, do Louvre em Paris aos castelos que pontilhavam o vale do Loire. Na qualidade de preboste, Du Plessis era responsável pelo planeamento da viagem de milhares de pessoas várias vezes por ano, pela organização da vida quotidiana após a instalação dessas pessoas, pela manutenção da lei e pela administração da justiça nos domínios reais. Quando um extremista assassinou Henrique III, e Henrique de Navarra se tornou o primeiro rei da dinastia Bourbon francesa, François du Plessis permaneceu ao serviço da Coroa, embora muitos outros oficiais reais se recusassem a reconhecer o novo rei por causa da sua fé protestante. O exército real instalou-se em Gonesse para sitiá-lo Paris, o reduto dos dissidentes católicos. Aí, Du Plessis contraiu uma febre e morreu, a 10 de junho de 1590.

Como muitos outros altos funcionários da corte, François tinha usado a sua posição política privilegiada para pedir empréstimos e emprestar dinheiro, mas, com o reino em guerra, este não era um bom momento para empreendimentos financeiros.²⁰ Também arriscou o seu dinheiro em negócios comerciais no estrangeiro. Ao que parece, François tinha dívidas consideráveis quando faleceu. Um cronista contemporâneo diz que o preboste deixou a sua casa «numa desordem furiosa».²¹ Suzanne de La Porte e os seus cinco filhos — Françoise, Henrique, Afonso, Armand-Jean e Nicole — estavam em Richelieu, tendo deixado Paris para se distanciar dos problemas religiosos.²² Suzanne acabou por conseguir restaurar a estabilidade da sua família. Vendeu a casa de Paris onde Armand-Jean nascera, ao mesmo tempo que conseguia manter a casa em Richelieu na posse da família. Armand-Jean cresceu na província de Poitou, no seio de um círculo próximo de mulheres: a mãe, Suzanne; uma tia, Françoise de Marconnay; e a avó e madrinha, Françoise de Rochechouart. Na altura, a propriedade da família era uma modesta *seigneurie*²³, nada de extraordinário. Chamar a Richelieu um «lugar de riqueza», como se poderia escrever numa tradução exata, é uma contradição.²⁴ Ficava longe das grandes vias de comunicação, no meio de uma paisagem rural encantadora, mas completamente monótona. Apenas um pequeno rio, o Mable, atravessa a região.

Em 1594, Armand-Jean abandona Richelieu para se reunir ao seu irmão Henrique. O mais velho dos Du Plessis era pajem na corte de Henrique IV,

que se convertera ao catolicismo um ano antes e reafirmava a sua autoridade soberana sobre todos os franceses. Segundo a tradição, uma família de escrivães ligada ao avô materno de Armand-Jean, os Bouthilliers, aceitou tomar conta dele enquanto estudava na capital. Frequenta o clássico *cursus* de humanidades no Collège de Navarre, na Margem Esquerda, lugar de muitas escolas e academias privadas, e estuda as letras clássicas e a arte da retórica. Pelo facto de ser o terceiro filho varão, as perspectivas de Armand-Jean não eram promissoras. Para evitar dividir os bens da família, era costume o filho mais velho de uma família nobre herdar tudo. O segundo filho podia ansiar por uma carreira eclesiástica. Depois do Collège de Navarre, Richelieu foi para a academia de Antoine de Pluvinel, o local de eleição para aperfeiçoar os conhecimentos de equitação, manuseio de armas e dança, todos eles necessários para ser um verdadeiro nobre. É provável que o jovem se tenha preparado para uma carreira no exército. Mas um acontecimento inesperado mudou o curso da sua vida para sempre.²⁵

Desde 1584, a família Du Plessis detinha o direito de nomear o bispo de Luçon, uma cidade da costa atlântica, privilégio que lhe permitia obter rendimentos constantes do bispado. Henrique (o filho mais velho) e a sua mãe destinaram Afonso (o segundo filho) para este lugar. De súbito, em 1602, Afonso anunciou que queria ser monge e juntou-se ao Mosteiro da Grande Cartuxa, situado nas profundezas dos Alpes, perto de Grenoble. O dever recaiu naturalmente sobre Armand-Jean, que iniciou um curso de estudos religiosos. Não era necessário um diploma de teologia para se tornar bispo, mas a prossecução de estudos avançados colocava-o numa melhor posição para assegurar a fonte de rendimento da sua família — a sua nomeação dependia da aprovação final do rei. Armand-Jean deixou a academia de Pluvinel para seguir um curso sobre os cânones dos ensinamentos filosóficos de Aristóteles, o que lhe permitiu ingressar no Collège de la Sorbonne, uma das mais prestigiadas escolas de teologia da Europa. Segundo todos os relatos, o mais novo dos Richelieu foi um bom aluno, talvez não a maravilha intelectual que os seus apologistas posteriores descreveram, mas sem dúvida um académico diligente e capaz. Ao mesmo tempo, o seu irmão mais velho, Henrique, estava a ganhar fama na corte graças às suas habilidades militares. No final do ano de 1606, o rei Henrique nomeou Armand-Jean du Plessis, com vinte e um anos, bispo de Luçon.

Richelieu viajou para Roma para obter uma permissão especial do papa, porque ainda não tinha vinte e seis anos, a idade mínima para se ser bispo. Em Roma, foi primeiro nomeado sacerdote e depois consagrado

bispo pelo papa Paulo V, após conquistar a estima de muitos com a sua inteligência e piedade. O centro espiritual do catolicismo gozava do entusiasmo e do espírito militante gerados pelo Concílio de Trento (1545-1563), a conferência ecumênica através da qual a Igreja respondeu ao desafio protestante. A Reforma Católica foi também, em grande medida, um empreendimento para conquistar almas através da propaganda artística. Os esplendores temporais de Roma, como as grandes igrejas barrocas construídas pela nova ordem dos jesuítas, ou os sumptuosos palácios que os cardeais das famílias aristocráticas romanas construíram para si próprios, mostraram sem dúvida a Richelieu que a religião é tanto uma questão de política e de aparências como de credo e de fé.

Ao regressar a Paris, Richelieu estudou durante mais alguns meses, embora o novo bispo nunca tenha obtido um doutoramento em teologia, provavelmente porque teve de partir para Luçon em 1608.²⁶ O bispado de Luçon podia significar mais do que o mero cumprimento de deveres familiares. Sob o firme governo de Henrique IV e do seu ministro Maximilien de Béthune, duque de Sully, a paz foi restaurada em toda a França. A agricultura, o comércio e, até mesmo, a manufatura desenvolveram-se, graças a uma nova infraestrutura de estradas e canais. Esta nova riqueza beneficiou também a Igreja. A França, como a maioria dos outros países da Europa, foi durante séculos uma terra de ignorância religiosa, superstição, analfabetismo clerical e corrupção, tornando-se um terreno fértil para a Reforma. Mas, na sequência do Concílio de Trento, a efervescência espiritual, o zelo apostólico e a reforma católica estavam na ordem do dia. Figuras como François de Sales e Jeanne de Chantal incentivaram formas de devoção destinadas a atrair novos seguidores. Também previam a fundação de novas ordens religiosas. Os jesuítas estavam a criar uma admirável rede de escolas para educar as classes dominantes. Supervisionar a diocese de Luçon deu a Richelieu a oportunidade de participar dessa renovação nascente. Através das suas funções administrativas, ele teve a oportunidade de desenvolver os talentos de um dirigente e de melhorar a sua vida material. Richelieu não era rico. Teve até de pedir que lhe emprestassem uma carruagem e quatro cavalos para chegar à sua nova casa.

Todavia, partir para um bispado de província também levou Richelieu para longe de uma capital fascinante. Richelieu descreveu-se sempre como um verdadeiro parisiense. Tinha nascido em Paris, e este havia sido um lugar de aprendizagem e experiências formativas, incluindo as suas primeiras, e possivelmente últimas, relações sexuais com mulheres.²⁷ Quando

partiu, em 1608, Paris brilhava novamente como um farol da vida intelectual. Henrique havia iniciado grandes projetos para a sua capital e fez dela um cenário digno para a renovação cultural. Uma praça no Marais e todo um conjunto urbano na ponta da Île de la Cité, incluindo a Pont-Neuf, estavam em fase de conclusão.

Ao chegar a Luçon, em 1608, Richelieu, de vinte e três anos, descobriu uma pequena cidade costeira de cerca de três mil habitantes, uma cidade que ele notoriamente descreveu numa carta como «o bispado mais feio, mais sujo e mais desagradável de França».²⁸ Ali, os efeitos do governo de Henrique ainda não se faziam sentir. Por estar situada no meio de pântanos, os depósitos de lama ameaçavam constantemente Luçon. Os mosquitos portadores de doenças infestavam o ar. As Guerras Religiosas tinham deixado muitas das suas estruturas em ruínas, incluindo a catedral e a residência oficial do bispo. O clero da diocese necessitava urgentemente de motivação e formação. A zona rural circundante, onde vivia a maior parte da população da diocese, era pobre e sombria. Por último, o novo bispo teve de lidar com o forte poder protestante na região. O duque de Sully, ministro de Henrique IV e ele próprio protestante, governava o Poitou, e La Rochelle, uma importante cidade portuária próxima, era um reduto protestante.

Sem se deixar intimidar pelas tarefas que tinha pela frente, o novo bispo assumiu as suas funções. Pregava ao seu rebanho em Luçon e arredores, dava conselhos e administrava os negócios religiosos da formação do clero. Organizou as reparações da catedral e a dragagem do canal que ligava a cidade ao oceano. Impediu que os protestantes construíssem um local de culto perto da igreja católica, espiou-os em benefício do conselho real de Paris e utilizou o seu tempo livre para estudar assuntos controversos. Não obstante, o zelo de Richelieu em se opor à fé reformada e converter os protestantes nunca chegou ao ponto de violar o Édito de Nantes, a declaração real de Henrique IV de 1598 que garantia aos seus súbditos liberdade de consciência e as liberdades civis.

Os documentos necessários para reconstituir a personalidade de Richelieu são naturalmente escassos nesta fase inicial da sua vida, quando era um simples bispo de província. O seu *Instruction du chrétien*²⁹, um catecismo publicado em 1618 mas escrito anos antes em Luçon, indica uma visão autoritária. Neste livro, o bispo estende os significados do Quarto Mandamento — «Honrar pai e mãe» — para fundamentar o poder da autoridade religiosa: «Por esse nome de pai, deve entender-se não só os pais

e mães que nos deram à luz, mas também todos os prelados da Igreja que merecem este nome, devido à sua autoridade espiritual e aos santos ensinamentos pelos quais nos conduzem a uma vida melhor.»³⁰ Sem dúvida, como acontecia com a maioria dos seus pares, o sentido de autoridade de Richelieu também provinha de uma crença firme de que os nobres eram governantes naturais. Da mesma forma, ele era muito leal à monarquia, uma crença que expressou nos poucos sermões que sobreviveram desse período.³¹ Alguns observaram que a sua capacidade e tenacidade estavam enraizadas na forte ética burguesa de trabalho da sua mãe.

A correspondência restante enviada por Richelieu de Luçon mostra que ele sentia a modéstia dos seus meios materiais. Depois de pagar os rendimentos devidos a Henrique enquanto chefe de família, pouco restava das receitas do bispado para restaurar os edifícios e manter o estilo de vida que considerava adequado à sua posição. Todavia, Richelieu encontrou uma casa adequada perto da catedral, e depois comprou algumas peças de prata para melhorar ainda mais o seu estatuto. Mais tarde, teve o prazer de recrutar um *maître d'hôtel* que tinha servido os Montpensiers, uma prestigiada família aristocrática à qual a sua família estava ligada no Poitou. Mas ver o seu *maître d'hôtel* servi-lo com talheres de prata era uma satisfação escassa quando o seu sonho era ter um *pied-à-terre*³² na capital: «Como sou um pouco glorioso, não me importava de me exibir mais, mas para isso precisaria de um alojamento [em Paris] onde pudesse estar mais à vontade. Que pena ser um nobre pobre», escreveu.³³

Independentemente da profundidade da sua religiosidade quando Afonso lhe deu o bispado, Richelieu revelou um verdadeiro compromisso para com a Igreja Católica e foi um precursor da Reforma Católica francesa. A sua preocupação em manter o seu estatuto não era incomum para a época. As únicas coisas que podiam afastá-lo das suas funções eram as enxaquecas recorrentes e as febres que contraía no clima insalubre do bispado. Os eclesiásticos da diocese simpatizavam com o seu novo bispo e até o admiravam. Para além do seu trabalho árduo, não há dúvida de que apreciavam as boas conexões políticas que ele mantinha com Paris. Depois de 1610 e da morte de Henrique IV, a dignidade episcopal de Richelieu permitiu-lhe visitar a corte em várias ocasiões, mesmo durante meses de cada vez. Contava com amigos leais para promover os interesses da sua diocese e manter-se bem informado sobre as notícias políticas. Em 1611, ao reorganizar a administração de um convento, conheceu François-Joseph Le Clerc du Tremblay, um frade capuchinho nascido em 1577 e que ficou conhecido

como padre José, a «Eminência Parda».³⁴ Em 1612, Richelieu pregou perante Maria de Médicis, a segunda mulher de Henrique e regente do reino após a morte do marido, na Igreja de Saint-André-des-Arts, em Paris. O bispo de Luçon manifestou a sua admiração pelo cardeal du Perron, um diplomata prelado que também tinha a reputação de ser um orador notável. Talvez fosse este o tipo de perfil superior que ele almejava. Na verdade, é impossível determinar qual era o alcance exato das suas aspirações na época, e qual era o propósito das suas boas relações com a rainha regente, exceto que queria ser um bispo respeitável da Reforma Católica francesa.

Por volta da época em que pregou diante da família real, Richelieu já tinha conseguido dinheiro suficiente para alugar um alojamento na capital. A despesa exigia um orçamento cuidadoso; a correspondência dele mostra-o a interrogar-se se não devia mandar vir vinho mais barato de Luçon para evitar ter de lidar com comerciantes parisienses caros. Ainda assim, o facto de ter arranjado o *pied-à-terre* acabou por ser um bom investimento. Em 1614, seis anos depois de Richelieu ter chegado ao bispado de Luçon, e enquanto a rainha Maria de Médicis enfrentava dificuldades crescentes na sua regência, apresentou-se-lhe uma oportunidade única.

DEPOIS DE O LOUCO FRANÇOIS RAVAILLAC TER ASSASSINADO o seu marido, Henrique, em 1610, Maria de Médicis teve de governar a França até que o seu filho Luís atingisse a maioridade. Com uma figura loira, robusta e de porte majestoso, Maria tinha o físico necessário para desempenhar o papel. François Duval de Fontenay-Mareuil, homem de guerra, funcionário real e diplomata da época, escreveu nas suas memórias que, quando ela chegou ao poder, «nada podia rivalizar com a rainha, que, sem dúvida, era mais bela do que no tempo do falecido rei, como se o seu sangue se tivesse renovado quando se encontrava naquela posição de autoridade».³⁵ Filha do grão-duque da Toscana, tinha nascido e crescido em Florença, onde a política era uma especialidade caseira. Quando o tribunal de justiça soberano em Paris a declarou regente, conservou os ministros que tinham servido Henrique, mantendo a estabilidade no conselho real. Pouco depois, organizou a coroação de Luís, para confirmar a sua legitimidade.³⁶ Todavia, quatro anos após a subida ao poder, as responsabilidades políticas de Maria levaram-na a enfrentar uma séria oposição.

Em causa estavam a paz que existia entre os católicos e os protestantes franceses e o papel da França nas relações confessionais e políticas

européias. O casamento de Henrique com Maria de Médicis agradou aos católicos franceses e garantiu boas relações, tanto com a dinastia católica dos Habsburgos, como com o papa Paulo V. Desde a subida ao poder, em 1519, do sacro imperador romano-germânico Carlos V de Habsburgo, e mesmo após a divisão do seu império em duas partes entre 1555 e 1556, uma governada pelo ramo espanhol da família, outra pelo ramo austríaco, os monarcas franceses e os Habsburgos tinham estado frequentemente em guerra ou envolvidos em disputas diplomáticas. Os franceses estavam convencidos de que os Habsburgos alimentavam projetos de uma monarquia universal às suas custas. O rei espanhol Filipe III reinava sobre aquele que era considerado o ramo da dinastia «mais velho», mais rico e mais importante. Os seus territórios compreendiam os Países Baixos espanhóis — uma área aproximadamente correspondente à Bélgica de hoje e que foi deixada após a separação das Províncias Unidas Holandesas —, uma parte considerável do norte e do sul da Itália, e os vastos territórios das Américas.³⁷ O seu primo, o imperador Matias, governava a Áustria, a Hungria, a Boémia, a Alemanha, a Lorena e uma miríade de outros estados. Algumas destas possessões eram hereditárias ou eletivas para o imperador. A parte germânica do Império Habsburgo incluía o poderoso principado católico da Baviera, e muitos estados protestantes grandes e pequenos, o resultado de complexos compromissos religiosos tornados necessários após a Reforma. A enfrentar os Habsburgos estavam a Inglaterra e as províncias holandesas, nações ricas que se estavam a tornar potências marítimas, e a Dinamarca e a Suécia protestantes, reinos que davam sinais de que em breve iriam afirmar a sua própria posição.

Embora o poder dos Habsburgos fosse imenso, havia também perigosas fraquezas subjacentes ao seu poder. A Espanha precisava urgentemente de reformas sociais, porque as receitas que recebia provenientes das Américas estavam a diminuir. A Dieta, uma assembleia representativa que o sacro imperador romano-germânico precisava de consultar sobre alguns assuntos importantes, era uma instituição fraca. A Alemanha carecia de qualquer sentimento de unidade política, dividida como estava não só entre católicos e protestantes, mas também entre luteranos e um número crescente de calvinistas.

Quando a Espanha apoiou ativamente os ultracatólicos da França durante as Guerras Religiosas, Henrique declarou o início das hostilidades, um conflito eventualmente resolvido com o Tratado de Vervins, a 13 de abril de 1598. O segundo casamento de Henrique com uma mulher descendente

de Carlos V foi um gesto político conciliador. O papa Paulo V podia finalmente esperar que as potências católicas da Europa mostrassem uma frente unida contra a Reforma. Todavia, a promoção de boas relações com os Habsburgos não fez Henrique esquecer que tinha sido protestante. O seu Édito de Nantes protegia os protestantes franceses da discriminação judicial, permitia-lhes exercer cargos públicos e até lhes concedia cidades fortificadas. Henrique também manteve uma posição benevolente para com os príncipes da Europa reformada. Muitos súbditos, conhecidos como os «bons franceses», reverenciavam o seu rei por essas políticas pró-francesas e apartidárias. Ao mesmo tempo, o sensato equilíbrio de Henrique deixou os católicos mais fanáticos, ou Devotos, na esperança de que a sua união com Maria conduzisse os franceses a uma posição religiosa e política mais pró-católica. Por sua vez, este facto deu origem a uma suspeita generalizada de que a rainha era um agente de dissidência, reforçada por recordações desagradáveis do reinado da sua prima distante Catarina e do francês que Maria falava com um forte sotaque italiano.

Tal era a situação quando Maria de Médicis tomou uma decisão crucial: a 26 de janeiro de 1612, a Coroa anunciou que Luís casaria com Ana, filha do rei espanhol Filipe III, e que a irmã de Luís, Isabel, tomaria como marido o futuro Filipe IV. Para os súbditos que estavam descontentes com a regente, o projeto matrimonial espanhol era a prova do seu desrespeito pela integridade política do reino, mesmo que, logo após a sua subida ao poder, ela se tivesse oposto à influência imperial dos Habsburgos em Jülich-Clèves-Berg, um território estratégico na Renânia. Os Habsburgos, no seu conjunto, continuavam a ser considerados uma ameaça formidável. Henrique II de Bourbon, príncipe de Condé, segundo na linha de sucessão ao trono francês, exprimiu a sua feroz oposição à política de Maria. Os seus seguidores incluíam os duques de Vendôme, de Longueville, de Bouillon e de Nevers, todos eles altos nobres, muitos deles bastante jovens. Tradicionalmente, estes nobres aconselhavam o soberano francês, um papel que Henrique IV tinha aceite, mantendo um domínio firme sobre o seu cetro. Podiam participar do conselho real, a tradicional reunião dos mais altos funcionários, onde o monarca francês — ou o regente — procurava conselhos, deliberava e tomava as suas decisões. Com o rei morto e uma mulher italiana no comando, Condé e os duques consideraram que estavam a lutar para libertar Luís de maus conselhos. Não obstante o seu autoproclamado dever de ajudar a monarquia, grande parte da sua causa tinha que ver com ganhos pessoais, porque a

rainha tinha achado necessário reduzir os seus subsídios, para equilibrar o orçamento da Coroa.

A raiva e o ressentimento dos príncipes voltaram-se gradualmente para os principais confidentes de Maria de Médicis, Concino Concini e a sua esposa, Leonora Galigai. O italiano de trinta e um anos era um homem de aparência agradável, «alto e direito, bem proporcionado», com maneiras graciosas e gosto pelo jogo.³⁸ Tinha vindo para França como parte da comitiva de expatriados de Maria. Inicialmente, ela empregou-o como seu *maître d'hôtel*, para gerir a sua casa; depois, ele tornou-se o intendente das cavaliças reais, o mestre do cavalo de Maria. Embora Concini tivesse origens nobres, a sua mulher, também oriunda da Toscana, era plebeia.³⁹ Todavia, como a rainha a estimava por ter sido sua companheira de infância no Palácio Pitti, em Florença, ela exercia ainda mais poder do que ele. Encarregada dos adornos da rainha, a pequena, frágil e sombria Leonora residia no Louvre, num apartamento luxuosamente decorado que se situava por cima do da própria rainha. Concini e Leonora viviam separados e muitas vezes tinham discussões. Mas tinham dois filhos e Concini cuidou da mulher quando ela teve de ser exorcizada por sofrer de uma misteriosa condição psicossomática.⁴⁰ O verdadeiro cimento da união dos dois era a ambição e a ganância, e eles rapidamente subiram nas fileiras da sociedade francesa após a morte de Henrique. Maria fez de Concini o tenente-general do rei na região da Picardia e deu aos seus dois protegidos os títulos de marquês e marquesa de Ancre. Isto pouco ou nada fez para acalmar a xenofobia dos nobres franceses. Em seguida, ofereceu a Concini ainda mais distinções, incluindo os títulos de conselheiro do Estado e marechal do exército. A patente de marechal era tipicamente a recompensa por um serviço excepcional, mas Concini não tinha absolutamente nenhuma experiência militar. Para irritar ainda mais os nobres, os Concini fizeram o que os favoritos reais faziam naqueles dias: vendiam a sua influência e traficavam encargos públicos para acumular uma fortuna.

No início de 1614, um a um, Condé e os outros descontentes deixaram Paris para se armarem nas suas províncias. O príncipe escreveu um manifesto a 19 de fevereiro para expressar as suas queixas. Maria de Médicis podia ter optado por cortar esta revolta pela raiz. Em vez disso, apaziguou os rebeldes com um tratado de paz. Além de conceder dinheiro aos príncipes e adiar os casamentos espanhóis até que pelo menos o rei atingisse a maioridade legal, aos treze anos, o tratado previa a convocação dos Estados Gerais, uma reunião de emergência das três principais divisões da

sociedade: o clero, a nobreza e o chamado Terceiro Estado, que representava a maior parte da população francesa. Em todo o reino, as autoridades locais começaram a organizar a eleição de delegados para cada um destes três círculos eleitorais. Convocar os Estados Gerais não era uma decisão ordinária; embora se tivessem reunido algumas vezes durante as Guerras Religiosas, eles só voltariam a encontrar-se duas vezes, durante o período de distúrbios civis conhecido como Fronde, e depois na grande revolução de 1789.

DURANTE A REVOLTA DOS PRÍNCIPES, O BISPO DE LUÇON escreveu uma carta submissa a Concini para expressar a sua lealdade para com ele e para com a Coroa: «Só posso implorar-vos que acrediteis que as minhas promessas serão sempre seguidas de efeitos, e que, enquanto me honrardes com a vossa consideração, eu irei sempre servir-vos com dignidade.»⁴¹ A posição que ocupava conferia-lhe um papel a desempenhar desde as fases iniciais da organização da reunião, quando os funcionários o chamavam para sondar o clero da sua diocese. Em seguida, juntou-se a outros dignitários da igreja para eleger dois representantes para o Primeiro Estado de Poitou, o clero. A 27 de outubro de 1614, os 474 delegados dos Estados Gerais reuniram-se pela primeira vez no Hôtel du Petit-Bourbon, em Paris, para semanas de reuniões. Na multidão estava Richelieu, que, depois de vencer a eleição com o apoio de um influente prelado da igreja — La Roche-posay, bispo de Poitiers —, tinha viajado para a sua cidade natal para estar bem no centro da ação política.

Os Estados eram um microcosmo da sociedade altamente segmentada e hierárquica da França, e as suas discussões eram controversas desde o início. O Terceiro Estado compreendia a esmagadora maioria da população francesa, mas nenhum camponês ou artesão era visto entre os delegados. Em vez disso, uma ordem privilegiada de funcionários públicos representava o Terceiro Estado, na maioria das vezes proveniente da pequena burguesia urbana que ganhava dinheiro com o comércio. Muitos destes funcionários ocupavam cargos na administração fiscal e judicial. Outros provinham de instituições conhecidas como *parlements*. Estes *parlements* — havia oito em 1614, incluindo o mais poderoso e prestigiado, de Paris — funcionavam simultaneamente como tribunais de apelação e como órgãos que tinham a prerrogativa, ainda que de forma não vinculativa, de validar as leis promulgadas pelo rei, de acordo com a lei ou os costumes estabelecidos.⁴²

Neste contexto, destaca-se uma questão particular. A ascensão destas elites de funcionários do Terceiro Estado assentava na sua capacidade de comprar o direito de trabalho, que a Coroa vendia a troco de lucros. Os nobres, que se consideravam socialmente superiores, censuravam a venda de cargos administrativos pela monarquia, para contrabalançar a ascensão do Terceiro Estado e, talvez, porque a prática recompensava o dinheiro em vez do talento.⁴³ O clero apoiou esta moção. O Terceiro Estado lamentava o aumento da pobreza no reino, defendia uma redução dos impostos e queixava-se das altas pensões pagas pela Coroa à alta nobreza. Além disso, exigia que um princípio fundamental fosse adotado como a lei do reino: «O rei é soberano em França, detém a sua coroa de Deus apenas, e não há poder na terra, seja espiritual ou temporal, que possa ter qualquer direito sobre o seu reino.» A lei proposta destinava-se a afastar a autoridade papal e a conter a influência dos jesuítas, a ordem religiosa militante que muitos franceses viam como desinteressada na manutenção das tradições indígenas de independência religiosa e política de Roma. Por mais que valorizasse essa independência, o clero francês não podia aceitar semelhante lei numa época em que argumentava que os princípios do Concílio de Trento deviam ser formalmente aceites como a lei do reino.⁴⁴

Richelieu conduziu algumas mediações úteis entre a nobreza e o Terceiro Estado e teve um papel proeminente na luta contra o artigo do Terceiro. Como observa a historiadora Françoise Hildesheimer, não se intrometeu no caminho dos seus colegas mais consagrados, como Jacques Davy, o cardeal du Perron, nem pareceu demasiado partidário, e esta moderação pode explicar o facto de o clero o ter escolhido para pronunciar o seu discurso final no encerramento dos Estados Gerais.⁴⁵ A 23 de fevereiro de 1615, quase quatro meses após o início da conferência, todos os delegados se reuniram pela última vez no Petit-Bourbon, perto do Louvre, sob as abóbadas de um imenso salão dourado com um motivo de lírios reais. Este acontecimento atraiu uma tal multidão de parisienses elegantes que cardeais, bispos, nobres e burgueses conviveram lado a lado. A família real, vestida com trajes cerimoniais, fez a sua entrada, mas a comoção continuou. A calma só se instalou quando Maria de Médicis ameaçou sair, e Richelieu, de trinta anos, tomou a palavra. O bispo falou de vários problemas que então preocupavam o seu Estado, incluindo os custos das pensões da alta nobreza e a venda de encargos ao Terceiro Estado. O rei só responde a Deus no final, disse Richelieu, e ele podia preparar-se para a tarefa admitindo prelados no seu conselho.⁴⁶

O discurso também admoestava as provocações dos protestantes: «um príncipe não podia dizer aos seus súbditos que desrespeitassem os seus poderes de uma forma melhor do que tolerando qualquer dano ao grande Deus que lhe concedeu os seus próprios poderes».⁴⁷ Finalmente, passada uma hora, o bispo concluiu com uma hábil lisonja a Maria de Médicis, cuja sabedoria particular, argumentou, permitiu que o reino navegasse em águas traiçoeiras. Seguido por um assistente que segurava um livro onde constavam os desejos do clero, Richelieu aproximou-se do rei Luís, ajoelhou-se respeitosamente e entregou-lhe o manuscrito. O público elogiou o ar distinto da sua atuação: os seus argumentos estavam entretrecidos com tal arte que pareciam inspirados tanto pela verdade divina como pela razão. Depois de ouvir os representantes da nobreza e do Terceiro Estado pronunciarem os seus próprios discursos, Luís XIII agradeceu a todos os oradores e prometeu ter em conta os desejos dos seus súbditos com muita atenção.

Os Estados Gerais não produziram nenhum resultado palpável. Limitaram-se a apaziguar os príncipes durante algum tempo e a dar algum descanso à regência de Maria de Médicis, mas, para a carreira de Richelieu, foram um trampolim importante. A rainha promoveu-o quando, apesar da oposição contínua dos príncipes, decidiu prosseguir com os casamentos espanhóis, porque Luís tinha atingido a maioria com a idade de treze anos.

Em agosto de 1615, uma caravana de coches e carruagens saiu de Paris sob o calor sufocante do verão mais quente de que há memória e dirigiu-se para Bordéus, onde se realizariam as cerimónias de casamento, com um imenso exército a protegê-la. Em Poitiers, a princesa Isabel, que estava prometida ao príncipe espanhol, adoeceu com varíola. A rainha pediu a Richelieu, que tinha vindo visitar a corte, que cuidasse da sua filha enquanto a caravana prosseguia viagem. Depois de algumas semanas, quando Isabel alcançou a corte e chegou a Bordéus, as recompensas pelo bom serviço materializaram-se: o bispo de Luçon foi nomeado capelão da rainha Ana de Áustria.⁴⁸

Depois disso, vieram mais recompensas pelos bons serviços prestados. Após os casamentos reais, os príncipes liderados por Condé fizeram de Concini o alvo aberto de críticas numa série de panfletos e lançaram o reino em mais turbulência, deslocando-se com tropas e formando alianças, tanto com protestantes como com membros do Parlamento de Paris. A Coroa concordou com outro tratado de paz, assinado em Loudun, em

maio de 1616. Desta vez, o acordo resumiu-se a pagamentos adicionais aos príncipes e um lugar para Condé no conselho real. Para Concini e Leonora, tinha chegado o momento de assegurarem o seu poder político. Leonora convenceu a rainha a demitir a velha guarda dos seus ministros e substituí-los por homens da sua confiança. Um protegido chamado Claude Barbin foi encarregue das finanças. Maria de Médicis também concordou prontamente em nomear Richelieu para o cargo de *Conseiller d'État*, um conselheiro oficial da Coroa.

Richelieu estabeleceu-se definitivamente em Paris, desta vez no tipo de *pied-à-terre* parisiense que ele há tanto tempo desejava. A influência do seu irmão Henrique, que comandava o exército e frequentemente aparecia na corte, e o apoio do clero, não apenas em França mas também em Roma, que desejava a ascensão do talentoso Richelieu, haviam ajudado o seu avanço.⁴⁹ Sobretudo, o bispo de Luçon deveu a sua ascensão aos Concini, os favoritos reais, e continuou a escrever aos dois italianos as cartas mais obsequiosas para lhes assegurar a sua dedicação.⁵⁰

O DELFIM LUÍS NASCEU A 27 DE SETEMBRO DE 1601 E VIVIA COM os pais no Louvre há apenas um ano, quando o seu pai foi assassinado, em 1610. Antes disso, tinha sido criado no castelo real de Saint-Germain-en-Laye, a cerca de vinte quilómetros a oeste de Paris, juntamente com os seus cinco irmãos e os filhos legitimados das amantes de Henrique. Graças ao médico pessoal de Luís, Jean Héroard, as primeiras três décadas de vida do rei francês são conhecidas com uma precisão extraordinária. Héroard manteve incansavelmente um diário que alcançou milhares de páginas, anotando meticulosamente as suas observações sobre a saúde, o estado de espírito e as atividades do rei.⁵¹ O herdeiro do trono era bastante saudável na sua juventude. O seu humor oscilava entre a alegria — «gai», escrevia então Jean Héroard no seu diário — e uma disposição sombria e obstinada, «opiniâtre». Birras ferozes aproximavam a criança da convulsão, e os seus pais ordenaram que, quando isso acontecesse, um guarda o chicoteasse com força. O pai, Henrique, que permaneceu no Louvre com a sua rainha, podia ser ao mesmo tempo uma figura paternal afetuosa e aterrador. Maria, apesar de não ser a mãe insensível que alguns historiadores descrevem, parece ter carecido de uma veia carinhosa.⁵² Para piorar as coisas para Luís, ela desenvolveu uma preferência por Gastão, o seu segundo filho, que tinha um físico e uma personalidade mais atraentes.

Apesar das humilhações sofridas, Luís tinha uma grande consciência do seu estatuto real e, desde muito cedo, foi um defensor do protocolo. Uma vez, quando o menino tinha dois anos, Concini veio visitá-lo enquanto ele brincava com uma pequena carruagem, que tinha bonecos à semelhança da sua mãe e de outros nobres. Concini perguntou a Luís onde é que a sua mulher, uma plebeia, teria de se sentar. «Gorgolejando “Ga” [o rei] apontou para um lugar na parte de trás da carruagem», escreveu o médico Héroard, que testemunhou a cena.⁵³ Já mais velho, Luís governava sobre o seu grupo de irmãos, criando uma pequena corte e organizando elaborados jogos de guerra. O embaixador veneziano relatou que ele era «orgulhoso, ardente e ágil, ama já e com predileção as armas e os cavalos, e fala frequentemente de guerras, de capitães, soldados e fortalezas».⁵⁴

Quando o pai morreu pela faca de François Ravailac, Luís, de oito anos, declarou-se zangado e desgostoso. Os pesadelos atormentaram-no durante muito tempo. A pouco e pouco, tornou-se um adolescente desajeitado e introvertido. Uma forte gaguez dificultava-lhe a comunicação. Este rei não se preocupava com a moda, exceto quando usava trajes elaborados durante as cerimónias da corte. O seu interesse por ofícios como a jardinagem, a carpintaria e o trabalho em ferro parecia pouco recomendável. As artes liberais deixavam-no indiferente, mas tinha um excelente ouvido para a música, tocava guitarra e tinha talento para desenhar. Maria de Médicis, que gostava do poder, aproveitou o facto de muitos na corte duvidarem da aptidão do filho para o trono. Quando Luís atingiu a maioridade, ela conseguiu tornar-se chefe do conselho real e manteve-se no poder. Outro embaixador veneziano relatou que a rainha e os seus dois confidentes italianos jogavam com a natureza do rei e davam-lhe cortesãos medíocres, para impedir o seu desenvolvimento intelectual.⁵⁵ Um dia, em abril de 1615, Luís chegou sem aviso prévio a uma reunião do conselho real. Maria de Médicis agarrou nele pelo braço e, sem cerimónia, expulsou-o da sala. «Vai brincar para outro lado», gritou para o jovem de treze anos, que enrubesceu.⁵⁶

É fácil especular que a inaptidão geral de Luís era o efeito de uma ferida emocional, talvez devido aos espancamentos sofridos na sua juventude, ao desprendimento emocional da mãe ou, como argumentou o seu mais recente biógrafo, Jean-Christian Petitfils, à morte do pai. Os contemporâneos reconheceram que a personalidade de Luís era determinada por uma consciência aguçada da sua autoridade inalienável e de uma profunda falta de autoestima.⁵⁷

Quaisquer que fossem as raízes deste sentimento ambivalente de identidade, durante a adolescência Luís começou a procurar uma série de relações em que tentava obter a atenção exclusiva de um homem atraente. A paixão que teve desde cedo por Charles d'Albert de Luynes, um belo cavaleiro provençal que Henrique havia contratado para o pessoal de caça real, é um dos primeiros exemplos. O médico de Luís, Héroard, relatou no seu diário que o menino real sonhava com o seu mentor de caça e pronunciava o seu nome durante o sono. Dia após dia, mês após mês, Luís e Luynes passavam muito tempo juntos. Luynes praticava a arte da caça, que Luís amava com paixão. Especialista desde muito jovem, o rapaz tinha um aviário que contava com 140 aves de rapina de diferentes espécies, com dezenas de criados a servi-los. A sua preferência recaía sobre os merlins, uma espécie de pequenos falcões. Luynes era responsável pelos milhafres juntamente com uma equipa de apoio de seis pessoas, apenas para essa parte específica do aviário real.

Após a morte de Henrique, Luynes tornou-se mestre das aves do rei. Os anos passaram. Quando Luís atingiu a maioridade, Luynes ainda era o seu companheiro preferido. Com o tempo, os Concini aperceberam-se da influência de Luynes sobre o jovem soberano, mas deixaram-no permanecer na sua comitiva. Eles não pensavam que Luynes podia representar uma ameaça ao seu poder. Luís viu que os Concini fortaleciam o seu domínio sobre a regência de Maria de Médicis. À medida que os meses que se seguiram aos Estados Gerais de 1614 e aos casamentos foram passando, e quanto mais a sua mãe e o seu grupo exclusivo o ignoravam enquanto os problemas agitavam o seu reino, ele tornou-se ainda mais recluso e distante, deixando escapar de vez em quando um comentário cáustico. Os memorialistas que conheceram o rei naquela época concordam: apenas um observador muito atento poderia ter discernido que uma exasperação crescente estava por trás das raras expressões de desagrado do rei.⁵⁸ Luís mantinha-se exteriormente respeitoso para com a mãe, e até a temia, mas o ressentimento fervilhava. Se confiarmos no memorialista Paul de Pontchartrain, um funcionário real próximo do centro do poder, os Concini não se aperceberam desta mudança e até mostravam um desprezo absoluto pelo rei.⁵⁹

APESAR DA PAZ FIRMADA APÓS OS CASAMENTOS, CONDÉ NÃO regressou a Paris e permaneceu obstinadamente na província que governava, Berry. Instigado por Maria de Médicis, Richelieu foi ao encontro dele.

A diplomacia do bispo revela-se eficaz e, no final de julho, a rainha vê finalmente Condé regressar à corte. O príncipe faz questão de aparecer em todas as sessões do conselho e parece ter-se acalmado. Todavia, durante o mês de agosto, Condé frequentou vários banquetes na cidade juntamente com um grupo de nobres impetuosos e brindou ao desaparecimento do ramo Bourbon no poder e à morte do casal italiano. Concini retirou-se prudentemente para uma das suas fortalezas. A rainha decidiu neutralizar Condé, prendendo-o na Bastilha. O papel de Richelieu nesta decisão permanece por esclarecer, mas, muito possivelmente, o seu temperamento forte teve algum efeito. A prisão de um príncipe era uma ação altamente sensível que exigia um planeamento cuidadoso e a colaboração de muitos atores para evitar violência desnecessária. A rainha regente informou Luís e pediu-lhe que ajudasse na captura do seu primo. O jovem rei concordou. A 1 de setembro de 1616, quando Condé entrou no Louvre para uma reunião do conselho, os homens da sua comitiva alertaram o príncipe sobre algumas idas e vindas suspeitas ao redor do palácio, mas Condé prosseguiu em direção aos aposentos de Maria de Médicis. Ao entrar na antecâmara, o príncipe viu Luís encostado à parede perto de uma janela, a dedilhar a sua guitarra. O rei cumprimentou Condé calorosamente e perguntou-lhe se ele gostaria de se juntar a ele numa festa de caça. O convite tranquilizou o príncipe. Luís saiu da sala e, alguns instantes depois, um grupo de homens armados chegou para prender Condé.

Este ato escandalizou os outros príncipes, mesmo aqueles que não eram aliados de Condé. Tratou-se de uma grave violação do código não escrito de hospitalidade e um ataque a um príncipe real, o segundo na linha de sucessão ao trono. Na cidade, a tensão cresceu, desencadeando uma reação súbita e violenta. A opinião pública tinha sido altamente desfavorável ao casal italiano. Desde a última revolta, e depois de algumas escaramuças entre Concini e os poderes locais da Picardia, a implacável propaganda impressa dos príncipes tinha dado aos favoritos de Maria uma reputação negativa, chamando-lhes ladrões e agentes estrangeiros, causadores de problemas. Também se ouviam gritos de ressentimento desde que a guarda do italiano tinha espancado e deixado a morrer um membro da milícia da cidade. O homem, um sapateiro chamado Picard, tinha-se atrevido a pedir o passaporte de Concini quando este saía de Paris para chegar a uma das suas propriedades. Além disso, muitos parisienses apreciavam o facto de Condé se misturar frequentemente com eles de forma casual. Após a detenção, uma multidão enfurecida dirige-se ao Hôtel d'Ancre, a residência

de Concini, e saqueia-o, enquanto um dos revoltosos toca os sinos da Igreja de Saint-Sulpice, situada nas proximidades.

Carlos III, duque de Nevers, assumindo a postura de Condé como principal descontente, abandona a corte e dá sinais de agitação a partir dos seus redutos no Nordeste. Richelieu foi acalmar Nevers, mas desta vez com pouco sucesso. De regresso a Paris, soube do falecimento da sua mãe, Suzanne de La Porte, mas optou por não se deslocar ao Poitou para prestar a sua última homenagem.⁶⁰ Alguns dias mais tarde, a 24 de setembro, a rainha altera todo o seu pessoal e nomeia novos funcionários para o conselho.

Juntamente com o responsável financeiro Claude Barbin, Richelieu é encarregue dos assuntos externos como secretário de Estado e, um pouco mais tarde, em novembro, dos assuntos militares. Ele não tinha experiência nestas áreas, mas a rainha estava desesperada por novos talentos, ideias e lealdade. Aos trinta e um anos, Richelieu estava agora muito mais próximo do poder. O papa concorda que um membro do clero seja responsável pelos assuntos militares. Por deferência ao seu título, o bispo exigiu prioridade para falar durante as reuniões do conselho real; os funcionários mais experientes consideravam-no bastante arrogante. Embora as suas novas responsabilidades fossem mais significativas, ele ainda não era a figura mais influente do governo.⁶¹ Uma pessoa por quem ele demonstrou o devido respeito foi Leonora: «Acima de tudo, desejo a honra de permanecer nos vossos pensamentos, e vós me concedestes isso [com a vossa gratificação]. Assim, contraí uma dívida tal que posso agradecer-vos, mas nunca poderei reconhecer corretamente esse favor, um favor que tenho em tão grande estima, tanto mais que vem de uma bela dama num momento de infortúnio contínuo [o falecimento da sua mãe, que se seguiu ao da sua irmã Françoise].»⁶²

Richelieu manteve-se firme neste período de turbulência. O antigo ministro encarregado dos Negócios Estrangeiros, Nicolas de Neufville, Sieur de Villeroy, tinha guardado consigo todos os seus documentos diplomáticos para, desta forma, exprimir a sua oposição ao atual governo, o que exigia um trabalho duplo e tornava a tarefa ainda mais difícil para um jovem sem experiência.⁶³ Richelieu enviou missivas a diplomatas em todos os cantos da França e da Europa e fez as suas primeiras tentativas de diplomacia internacional. Durante os últimos anos, os venezianos, os Habsburgos e os duques de Mântua e de Saboia tinham entrado em conflito por causa de disputas territoriais e de questões de segurança

no norte de Itália; particularmente contestado era o principado estratégico do Monferrato, a sul do Piemonte. Contrariando os embaixadores que pensavam que, como clérigo, tinha de representar o partido católico pró-Habsburgo no conselho, Richelieu seguiu o caminho diplomático audacioso e neutro de Henrique IV: o seu plano era convocar uma conferência de paz em Paris e mediar um acordo.⁶⁴ Mas este era um plano demasiado ambicioso para o recém-nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros de um regime conturbado, e viu a sua iniciativa fracassar quando a Espanha e Roma tomaram as questões nas suas próprias mãos para resolver os diferendos. Esta não foi a última vez que Richelieu ouviu falar do Monferrato. Numa outra ação, enviou diplomatas até junto dos príncipes protestantes de toda a Europa, para tranquilizar aqueles que tinham confiado em Henrique IV de que as opiniões católicas intolerantes não guiavam a política francesa. As instruções transmitidas pelo emissário, Henrique de Schomberg, à Alemanha não podiam ter sido mais claras: «Dizer que somos tão romanos e tão espanhóis que abraçaríamos os interesses de Roma, ou de Espanha, com prejuízo das nossas antigas alianças e de nós próprios, ou seja, também dos protestantes franceses e de todos os que odeiam a Espanha e que, por isso, se dizem *bons franceses*, é pura difamação.»⁶⁵

Todavia, a meio da sua viagem, o emissário recebe uma carta urgente. Richelieu precisava que ele reunisse tropas, porque os príncipes tinham-se subitamente levantado em mais uma insurreição armada, centrada no Nordeste. A 18 de janeiro, o ministro de Maria redigiu uma declaração real que advertia severamente Nevers e outros a pôr fim à sua rebelião e a dismantelar as suas tropas. A ladainha das queixas dos rebeldes no seu próprio manifesto de 4 de fevereiro era a mesma: a usurpação do poder pelos estrangeiros italianos, a má gestão das finanças e a falta de ação aos pedidos dos Estados Gerais. Em contraste com as ações anteriores do governo, Maria de Médicis recusou-se firmemente a deixar os príncipes escaparem com mais um tratado de paz benigno. A reação militar de Richelieu foi assertiva, apesar de se dizer assoberbado com as suas obrigações: encarregou-se de armar o exército, mobilizou os nobres que se mantinham fiéis à Coroa e criou regimentos. Entre os comandantes do exército que criou, conta-se o seu próprio irmão Henrique.

Entretanto, Concini tomava medidas mais ousadas para garantir o seu poder, provocando um descontentamento maior na população. «Quero ver até onde a Fortuna pode levar um homem», teria ele dito.⁶⁶ Depois de

Maria o ter admitido formalmente no conselho do rei, as suas exigências ao pessoal do governo, incluindo Richelieu, tornaram-se erráticas e ainda mais imperiosas. O favorito de Maria adquiriu fortalezas no Sena que podiam bloquear o acesso a Paris pelo rio. Fora do palácio real, a oposição tornou-se ainda mais ruidosa. Em resposta, aumentou a vigilância policial e ergueu forcas por toda a cidade, incluindo na Pont-Neuf. O stresse começou a afetar Concini, especialmente depois da morte da sua filha, no início de janeiro. Leonora, que também estava muito infeliz com a perda da filha, falava frequentemente em regressar a Itália, como se os riscos que o marido corria a assustassem. O nuncio papal Guido Bentivoglio viu uma catástrofe a aproximar-se da corte francesa: «Esta violência não pode continuar!», exclamou nos seus relatórios a Roma.

Maria de Médicis ofereceu a Luís o seu afastamento dos assuntos do Estado. As razões para este facto permanecem obscuras. Teria a rainha sentido uma ameaça ao seu poder depois de todos estes anos a ignorar o filho? Algumas cartas anónimas tinham-na avisado de que o casal Concini era muito detestado no círculo próximo do filho. Todavia, Luís também lhe garantiu a sua confiança e entregou-se às suas ocupações diárias. Richelieu também previu o perigo. Depois de oferecer, sem sucesso, a sua demissão à rainha, entrou em contacto com Luynes, o confidente de Luís, e propôs manter o rei a par de todos os negócios no conselho. Maria de Médicis e Concini tinham planeado enviar Luís para os seus exércitos em Champagne, para motivar as tropas que lutavam contra os rebeldes liderados por Nevers. Adiarão esta viagem muitas vezes e acabaram por cancelá-la. Embora o exército estivesse em vantagem, temiam que a presença do rei entre as tropas pudesse motivar a ascensão de um segundo partido fraturante no seio do próprio exército.

DESDE OUTUBRO DE 1616 QUE LUÍS SOFRIA DE UMA DOENÇA INTESTINAL debilitante com crises de disenteria infecciosa. Pontchartrain interpretou-a como uma manifestação psicossomática.⁶⁷ Luís nomeou o seu falcoeiro, Luynes, capitão da guarda do Louvre, o que permitia ao homem viver no palácio e cuidar de Luís. Durante a doença, o novo capitão dormia no quarto do rei, numa cama de campanha. O sentimento da rainha Ana sobre esta relação em particular é desconhecido, mas, dado o papel proeminente que os favoritos desempenharam na corte espanhola, podemos supor que ela o aceitou desde que Luís a visitasse todos os dias

para executar o protocolo. Depois, quando Luís começou a recuperar da doença, ele e Luynes reuniam-se à noite, no seu apartamento do Louvre, com outros cavaleiros da corte, incluindo os dois irmãos de Luynes. Falavam das provocações de Concini. Um dia, por exemplo, Concini entrou na Grande Galeria do Louvre com mais de uma centena de cortesãos e, embora saiba que Luís está por perto, na companhia de apenas alguns criados, não se dá ao trabalho de o saudar. Luís sai da galeria com «o coração cheio de descontentamento», escreve o médico Héroard no seu diário. Quer fosse uma verdadeira provocação ou não, o gesto do italiano provocou um grande escândalo. Em outra ocasião, Concini propôs a Luís reunir um exército às suas próprias custas, uma oferta que irritou o rei, que sabia perfeitamente que o dinheiro do italiano vinha dos seus próprios cofres.

O período que antecedia a Quaresma era sempre um momento de alegre celebração na corte francesa e, para a magnífica Maria de Médicis, não fazer um espetáculo teria enviado o sinal errado aos inimigos da Coroa. À medida que o Carnaval de 1617 se aproximava, os poetas da corte começaram a trabalhar numa produção conhecida como *Ballet de la délivrance de Renaud*. Entretanto, Luís e os seus acólitos passavam os dias a conceber coreografias elaboradas e a ensaiá-las. A história baseava-se no poema épico de Torquato Tasso, *Gerusalemme Liberata*, que entretence virtude cavaleiresca, magia e romance no contexto da Primeira Cruzada, liderada por Godofredo de Bouillon. No episódio escolhido para o espetáculo francês, Renaud é seduzido pela bela feiticeira Armide e mantido sob um feitiço numa ilha mágica para desfrutar das suas delícias amorosas. Os seus companheiros de armas quebram o encanto colocando-o em frente a um espelho de diamantes.

A atuação teve lugar no dia 29 de janeiro, pela noite dentro, perante uma multidão tão numerosa que o próprio Luís mal conseguia entrar no Salão Nobre do Louvre, iluminado por tochas. Quando a primeira cena se abre num cenário onírico de montanhas rochosas e florestas que acolhem mais de uma centena de músicos e cantores de coro, vê-se Luynes a desempenhar o papel de Renaud. Estava deitado em frente às colinas, a repousar sobre um leito de relva e flores. Ao redor dançavam os demónios enviados pela feiticeira Armide para guardar e entreter o prisioneiro. Luís, de quinze anos, subiu ao palco com uma máscara e um fato brilhante coberto de labaredas de lamê dourado. Era Fire, que vigiava o êxtase de Renaud. Depois de dançar sozinho ao redor de Luynes durante algum tempo, outros demónios

mascarados juntaram-se a ele, Messieurs de Vendôme, de Bassompierre, de Montpouillan e muitos outros, até haver catorze a dançar no palco. Seguiram-se quatro cenários teatrais, todos espetaculares. No final do espetáculo, a maquinaria deu a volta ao palco para revelar uma última peça mágica de cenário. Luís representa o papel de um majestoso Godofredo de Bouillon. Estava sentado sob um dossel dourado, com todos os cavaleiros à sua volta a prestarem-lhe homenagem.